

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.792.749 - SP (2019/0014696-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO BUZZI**  
**RECORRENTE** : UNIMED SEGUROS SAUDE S/A  
**ADVOGADO** : ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA E OUTRO(S)  
- PE016983  
**RECORRIDO** : RODOVIÁRIO GOYAZ LTDA  
**AGRAVANTE** : RODOVIÁRIO GOYAZ LTDA  
**ADVOGADOS** : RENATA VILHENA SILVA - SP147954  
PATRICIA GOMES DANTAS E OUTRO(S) - SP310886  
**AGRAVADO** : UNIMED SEGUROS SAUDE S/A  
**ADVOGADO** : ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA E OUTRO(S)  
- PE016983

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do CPC/2015) interposto por **RODOVIÁRIO GOYAZ LTDA** contra decisão que negou seguimento a recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal.

O apelo extremo, a seu turno, desafia acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fls. 246, e-STJ):

Agravo de instrumento. Plano de saúde/Seguro saúde coletivo empresarial. Cumprimento de sentença. Pedido incidental formulado pela exequente para que juízo singular determine a conservação do contrato de seguro saúde coletivo. Inconformismo. Não provimento. Decisão mantida.

1. Inaplicabilidade, em concreto, da teoria do adimplemento substancial, à vista da inadimplência reiterada e confessada das mensalidades. Ausência de imposição de medida desproporcional a consumidor no cancelamento do plano.

2. Alegação recursal de que existem beneficiários com tratamento em andamento, a tornar impossível a extinção do contrato. Inviável determinar o prosseguimento da relação contratual coletiva com a pessoa jurídica estipulante quando sequer há o pagamento da contraprestação. No ato de cancelamento, deve ser resguardada, logicamente, a necessidade de que cada beneficiário individual, funcionário da agravante, seja comunicado pela operadora/seguradora previamente sobre a extinção do plano e a possibilidade de ingresso e migração para outro plano, de natureza individual ou familiar, conforme Resolução 19/1999 do CONSU.

2. Recurso não provido.

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados (fls. 492/498, e-STJ).

Em suas razões de recurso especial (fls. 253/264, e-STJ), a recorrente aponta violação aos arts. 421, 422, do Código Civil; 47 e 51, inc. IV, do Código de Defesa do Consumidor, sob os seguintes argumentos, em síntese: a) "aplicando-se a teoria da função social dos contratos, o entendimento adotado pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça é o de que a extinção do contrato por inadimplemento do devedor somente se justifica quando a mora causar ao credor dano de tal importância, que não lhe interesse mais o recebimento da prestação devida, ante irremediável prejuízo à economia contratual"; b) "a

importância do contrato, e dada a natureza de seu objeto, o cancelamento o plano de saúde constitui medida desproporcional e contrária à boa fé e função social do contrato, a colocar o consumidor em excessiva desvantagem, prática esta considerada abusiva pelo Código de Defesa do Consumidor, em seu artigo 51, inciso IV"; e c) "necessidade de se interpretar as cláusulas do presente contrato de adesão de forma mais favorável ao beneficiário, a fim de evitar que a situação que lhe coloque em desvantagem exagerada (artigo 47 do CDC)".

Não foram apresentadas contrarrazões, conforme certidão à fl. 514, e-STJ.

Em sede de juízo provisório de admissibilidade (fls. 515/516, e-STJ), o Tribunal de origem inadmitiu o recurso especial, sob os seguintes fundamentos: a) não ter sido demonstrada a vulneração aos dispositivos legais apontados como violados; e b) o acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame do suporte fático dos autos, atraindo a incidência da Súmula 07 do STJ.

Daí o agravo (fls. 522/533, e-STJ), buscando destrancar o processamento daquela insurgência, no qual a parte insurgente refuta os óbices aplicados pela Corte estadual.

Contraminuta às fls. 536/546, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

O presente recurso não merece prosperar.

1. Cinge-se a pretensão recursal à verificação acerca da possibilidade de rescisão unilateral de contrato de plano de saúde coletivo pela operadora, na hipótese de inadimplência contratual das mensalidades.

O Tribunal de origem, ao analisar a controvérsia, com base nos elementos fáticos e probatórios dos autos, entendeu que a "rescisão unilateral por inadimplência se trata de medida admitida à operadora/seguradora credora pela lei de regência (artigo 13, caput, Lei Federal 9.656/98)", bem como, que o "cancelamento do plano trata-se de imposição de medida que não é desproporcional ao consumidor", pronunciando-se nos seguintes termos (fls. 248/249, e-STJ):

Reconhece-se a inaplicabilidade, em concreto, da teoria do adimplemento substancial.

A leitura da cláusula resolutiva expressa não pode ser feita de modo descontextualizado com o comportamento extraprocessual do devedor, que infringiu a função social do contrato firmado a despeito de ter pago, por anos e de forma pontual, preço relativo às mensalidades cobradas pela seguradora de saúde.

Deve-se buscar uma interpretação não só quantitativa, mas também qualitativa da teoria do adimplemento substancial.

**Ora, a autora-exequente se mostrou devedora contumaz e confessa nos últimos tempos, deixando de quitar uma série significativa de mensalidades do seguro saúde de que é usuária, como pessoa jurídica, que venceram posteriormente àquelas contraprestações impugnadas no processo originário.**

Note-se que o seguro saúde ostenta trato sucessivo, renovando-se ano a ano, de modo que para a configuração de adimplemento substancial das prestações desse tipo de contrato deve haver respeito ao pagamento tempestivo ou regular de prestações reunidas sob um mesmo intervalo anual de vigência.

**A rescisão unilateral por inadimplência se trata de medida admitida à**

**operadora/seguradora credora pela lei de regência** (artigo 13, caput, Lei Federal 9.656/98).

O cancelamento do plano trata-se de imposição de medida que não é desproporcional ao consumidor. (sem grifos no original)

Vê-se, portanto, que a controvérsia foi decidida à luz das peculiaridades da demanda. Eventual reforma do acórdão recorrido, sobretudo na parte relativa ao cancelamento justificado do contrato, por inadimplência das mensalidades, demandaria o reexame das provas dos autos, juízo obstado pelas Súmulas 05 e 07 do STJ.

Sobre o tema:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. ARBITRAMENTO DE HONORÁRIOS. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA Nº 284/STF. NEGLIGÊNCIA DO ADVOGADO. INADIMPLENTO SUBSTANCIAL DO CONTRATO. INEXISTÊNCIA. REVISÃO. SÚMULA Nº 5/STJ. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. O recurso especial que indica violação dos artigos 489 e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, mas traz somente alegação genérica de negativa de prestação jurisdicional é deficiente em sua fundamentação, o que atrai o óbice da Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal, aplicada por analogia.

3. Não há como rever as conclusões do tribunal de origem, a partir da tese de que houve inadimplemento substancial do contrato de prestação de serviços advocatícios, sem a análise de aspectos fático-probatórios dos autos e de cláusulas contratuais, providências vedadas em recurso especial pelos óbices das Súmulas nºs 5 e 7/STJ.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1282456/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/12/2018, DJe 14/12/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DOS DEMANDADOS.

1. Não se admite o recurso especial, quando não ventilada, na decisão proferida pelo Tribunal de origem, a questão federal suscitada. Aplicação da Súmula 211/STJ. Precedentes.

1.1. "A admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei". (REsp 1639314/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/04/2017, DJe 10/04/2017.) 2.

Para rever o entendimento do acórdão impugnado, o qual concluiu que houve na verdade "inadimplemento absoluto" e o pagamento não foi substancial, implicaria o reexame fático-probatório e interpretação das cláusulas contratuais, procedimentos inadmissíveis no âmbito do recurso

especial, por força das Súmulas 5 e 7/STJ. Precedentes.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1038886/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 18/09/2018, DJe 25/09/2018)

2. Do exposto, com fulcro no artigo 932 do NCPC c/c Súmula 568 do STJ, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator

